

Lei Complementar nº 40, de 03 de agosto de 2005

"Altera as Leis Complementares nº 01, de 29 de março de 2001 e nº 39, de 17 de junho de 2005, que dispõem sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal."

Autor: Dr. Lairton Gomes Goulart - Prefeito do Município

DR. LAIRTON GOMES GOULART, Prefeito do Município, faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou em 2ª Discussão e Redação Final na 6ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 6 de julho deste ano, e que sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Por esta Lei Complementar ficam alteradas as Leis Complementares nº 01, de 29 de março de 2001 e nº 39, de 17 de junho de 2005, todas dispondo sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal.

§ 1º. Na Lei Complementar nº 01/01, são alteradas e incluídas as seguintes disposições:

"I – altera-se:

***"Seção XVII
Da Secretaria de Ação Social"***

II – incluem-se:

Art. 27...

IX – Procuradoria Geral do Município.

Art. 33-C. A Procuradoria Geral do Município, PGM, constante do Anexo XVI, conta com as seguintes unidades subordinadas:

a) Seção da Procuradoria, PROC, que conta como unidade subordinada o Setor de Dívida Ativa, DIVAT;

b) Seção de Técnica Legislativa, SETL.

Parágrafo único. A PGM é órgão subordinado a Secretaria de Administração, Finanças e Jurídico.

Seção XVIII

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 48-C. A Procuradoria Geral do Município, PGM, possui as funções institucionais previstas no artigo 77, da Lei Orgânica do Município.

*XVI – Anexo XVI – Organograma da Procuradoria
Geral do Município."*

§ 2º. Na Lei Complementar nº 39/05, são alteradas e incluídas as seguintes disposições:

I – alteram-se:

"Art. 1º.....

Art. 25....

I – órgãos de assessoria ou "staff" e unidades executivas, designadas por duas letras, exceto o Gabinete do Prefeito e o Órgão de Defesa do Consumidor; "

Art. 2º. No Anexo X, da Lei Complementar nº 01, de 29 de março de 2001, ficam extintos os cargos em comissão de Chefe da Seção de Justiça e Disciplina – SEJU, Chefe da Seção de Ação Social – SEAS, Chefe da Seção de Apoio Administrativo – SEAA, Chefe da Seção de Casa de Retaguarda – SECR, Chefe do Setor de Apoio Técnico – SETAT, Chefe do Setor de Apoio Social – SETAS, Chefe do Setor de Desenvolvimento Comunitário – SETDC e alterados e incluídos os seguintes cargos:

"

Art. 3º. ...

§ 1º. Os atuais ocupantes do cargo de provimento efetivo de Guarda Civil e Auxiliar de Escritório ficam reclassificados do Nível 4 para o Nível 6, os Operadores de Sistema, do Nível 5 para o Nível 6, os Almoxtarifos do Nível 04 para o Nível 06, os Apontadores do Nível 04 para o Nível 06, as Merendeiras do Nível 01 para o Nível 02, mantendo-se os acréscimos pecuniários obtidos a título de promoção."

II – incluem-se:

"Art. 8º. As despesas com a execução desta Lei serão suportadas por dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

Parágrafo único. A alteração ao artigo 73, § 3º, da Lei Complementar 01/01 e artigo 3º, desta Lei, independe da abertura de crédito adicional.

Art. 9º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A alteração ao artigo 73, § 3º da Lei Complementar 01/01 e ao artigo 3º desta Lei, retroagirão os seus efeitos ao dia 1º de junho de 2005.

***Art. 10.** Fica revogado o inciso V, do artigo 32, da Lei Complementar nº 01, de 29 de março de 2001, além das demais disposições em contrário."*

Art. 2º. A denominação da Secretaria de Administração, Finanças e Jurídico fica alterada para Secretaria de Administração e Finanças, em toda a legislação municipal que a ela faça referência.

Art. 3º. Passa a fazer parte integrante da Lei Complementar nº 01/01 o Anexo XVI desta Lei, referente ao Organograma da Procuradoria Geral do Município.

Art. 4º. Ficam criados no Anexo XII, na Tabela Técnico Especializado, mais três cargos de provimento efetivo de Procurador, com o mesmo nível salarial, requisitos e jornada de trabalho.

Art. 5º. Entram em vigor, imediatamente, a inclusão do artigo 33-C na Lei Complementar nº 01/01, as alterações aos artigos 25, 26, 32 e 73, § 3º da Lei Complementar nº 01/01, os artigos 3º, 4º, 8º e 9º, da Lei Complementar nº 39/05 e os artigos 4º, 5º, 6º e 7º desta Lei, sendo que os demais dispositivos legais não especificados neste artigo entrarão em vigor após a abertura de crédito adicional ou em 1º de janeiro de 2006.

Parágrafo único. Após a abertura de crédito adicional ou em 1º de janeiro de 2006, fica revogado o parágrafo único, do artigo 33-C, e os incisos XI, XII, XXI, XXII, XXIV, XXV, XXXI, do artigo 43, da Lei Complementar nº 01/01.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Bertioga, 3 de agosto de 2005.

Dr. Lairton Gomes Goulart

Prefeito do Município



Prefeitura do Município de Bertioga

Organograma da Procuradoria Geral do Município – Anexo XVI

Procuradoria

Procuradoria Geral
do Município

PGM

STAFF

DIRETORIA

SEÇÃO

Técnica
Legislativa

SETL

Procuradoria

PROC

SETOR

Dívida
Ativa

DIVAT

1

